



Senado aprova MP do Código Florestal, que volta para Dilma

Presidente poderá sancionar ou vetar — total ou parcialmente — texto que foi modificado no Congresso para buscar equilíbrio entre proteção para o meio ambiente e condições para os produtores

A Medida Provisória do Código Florestal volta para análise da presidente Dilma Rousseff com menos exigência quanto à proteção de florestas e matas nativas. As alterações foram feitas depois de acordo em comissão de

deputados e senadores em que a bancada ruralista tinha maioria de votos.

Parlamentares que defendem maior proteção ao meio ambiente cederam para recuperar proteção a rios temporários, que havia sido retirada. **4 e 5**

Senadores discutem a medida provisória do Código Florestal, relatada por Luiz Henrique (2º à esq., em pé), aprovada em votação simbólica



Waldemir Barreto/Agência Senado



As senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita conversam em reunião da Comissão Mista de Orçamento: MPs aprovadas

José Cruz/Agência Senado

Comissão libera envio de R\$ 7,2 bi extras a ministérios

A Comissão de Mista de Orçamento aprovou duas medidas provisórias que autorizam o governo a destinar R\$ 7,2 bilhões extras a nove ministérios. O dinheiro da primeira MP irá para o socorro de municípios afetados por calamidades. O da segunda irá para a compra de equipamentos nacionais. As MPs agora serão votadas pelo Congresso. **3**

Plenário autoriza empréstimo do Banco Mundial a governo do RJ **3**

Greve no serviço público reacende debate sobre regras **7**

Após eleições, debate sobre 10% do PIB na educação **6**

Função de museus é tema de seminário no Interlegis **2**

Pedro Franco/Agência Senado



Teori Zavascki (E) é sabatinado pela CCI, presidida por Eunício (ao lado de Renan): reunião será retomada após eleições

Zavascki diz que cabe ao STF decidir se ele vai julgar mensalão

O juiz Teori Zavascki disse ontem que, caso seja confirmado como novo membro do Supremo Tribunal Federal (STF), caberá à Corte decidir se ele deve julgar o mensalão. Atual ministro do STJ, Zavascki afirmou que dizer-se habilitado a votar é incompatível com pedir vista do processo. A sabatina no Senado não foi concluída. **8**

Mesa decide pagar Imposto de Renda sobre ajuda de custo de senadores

Apesar do pagamento, Casa pretende levar o assunto à Justiça porque entende que os recursos têm natureza indenizatória

O SENADO VAI arcar com o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente à ajuda de custo paga até o momento no início e no fim do ano aos senadores. A partir de agora, o pagamento de ajuda implicará recolhimento do imposto e repasse pela Casa à Receita Federal. A decisão foi tomada ontem pela Mesa do Senado.

De acordo com o diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado

(Secs), Fernando Cesar Mesquita, está sendo elaborado projeto de resolução sobre o tema. A proposta deve ser publicada hoje no *Diário do Senado Federal* e, em seguida, deve entrar na ordem do dia.

No início de agosto, a Receita Federal notificou senadores e ex-senadores para que recolhessem Imposto de Renda sobre ajudas de custo recebidas no período entre 2007 e 2011.

A ajuda de custo não foi

tributada na ocasião dos pagamentos porque normas como o Decreto Legislativo 7/95 definem esses recursos como de natureza indenizatória. A Receita Federal, porém, entendeu que os recursos têm caráter remuneratório, sendo necessária a aplicação do desconto de 27,5% referente ao Imposto de Renda.

Mesmo com a efetivação do pagamento à Receita, o Senado discutirá a matéria judicialmente por entender

que está respaldado em diplomas jurídicos sólidos.

Em maio, o Senado aprovou o fim da ajuda de custo paga aos parlamentares federais no início e no fim do ano, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 71/11. A proposta determina que os valores sejam concedidos apenas no início e no fim de cada mandato. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Brasil Carinhoso terá resultado em pouco tempo, diz Vanessa

Em discurso, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou a iniciativa do governo federal de criar o Brasil Carinhoso.

O programa — previsto numa medida provisória que foi aprovada no último esforço concentrado do Senado — amplia o valor do benefício do Bolsa Família para famílias em situação de extrema pobreza, institui uma série de ações voltadas para a saúde de gestantes e bebês e prevê a construção de creches.

A senadora afirmou que o Programa Brasil Carinhoso é um dos mais importantes desenvolvidos pelo governo federal nos últimos anos.

— É muito importante porque o Brasil precisa cuidar melhor de suas crianças. Tenho certeza de que esse programa, lançado há pouco tempo, poderá auferir os resultados daqui a cinco ou seis anos. Vamos poder dizer que o Brasil é outro, um país que cuida melhor de suas crianças, mulheres e mães.

Em seu pronunciamento, Vanessa comemorou a quadruplicação, em cinco anos, dos investimentos federais em assistência a alunos do ensino superior. Ela informou que os investimentos foram de R\$ 126 milhões em 2008 e deverão atingir R\$ 500 milhões neste ano.

Nascimento homenageia jornalista do Amazonas

Alfredo Nascimento (PR-AM) homenageou ontem a jornalista Baby Rizatto pelos 40 anos de carreira na televisão do Amazonas. Alfredo afirmou que Baby informa o telespectador com firmeza e é o orgulho de todos os amazonenses.

— Nós, os amazonenses, somos privilegiados por conviver com essa exímia profissional, que preenche os sábados com seu programa *Nosso Encontro*, veiculado pela TV A Crítica, do Amazonas. A sinceridade de Baby é um dos seus diferenciais. Ela é o retrato da sociedade amazonense

— elogiou o senador.

Nascimento disse que a jornalista é considerada uma das principais representantes da mídia no estado. Ele destacou também o compromisso de Baby com a verdade e o alto grau de conhecimento demonstrado pela jornalista.

— Ela é capaz de tratar de todos os assuntos com altíssimo grau de conhecimento e competência. Essa profissional pratica um jornalismo sem censura, sem prejulgamentos. A Baby também fala sobre assuntos polêmicos com leveza e transparência — ressaltou.



Vanessa Grazziotin: Brasil Carinhoso melhorará situação de crianças e mulheres



Nascimento afirma que Baby Rizatto é o retrato da sociedade amazonense

Seminário discute hoje a função social dos museus

O Museu Histórico Itamar Franco, do Senado, promoverá hoje o seminário *A Função Social dos Museus*, das 14h30 às 18h, no auditório do Interlegis. O evento faz parte da 6ª Primavera dos Museus, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Ministério da Cultura) que tem a participação de mais de 800 museus e outras instituições culturais.

O objetivo do seminário é esclarecer servidores e cidadãos sobre a educação patrimonial e a importância dos museus. Os palestrantes são a professora Deborah Silva Santos, da Universidade de Brasília (UnB), Mônica Padilha Fonseca, do Instituto Brasileiro de Museus, e Donizetti Ferreira Garcia, do Museu de Valores do Banco Central.

O evento foi organizado pela Diretoria-Geral do Senado e pela Secretaria de Informação e Documentação.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa.

SEMINÁRIO: Função social dos museus

14h30 Seminário organizado pela Diretoria-Geral discute a função social dos museus, no auditório do Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Suplicy quer limitar mandatos de dirigentes esportivos

Para acabar com o domínio dos cartolas na vida esportiva nacional, Eduardo Suplicy (PT-SP) defende normas que impeçam a perpetuação dos dirigentes no comando das entidades. Foi com essa intenção que ele apresentou em março a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/12, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça.

Caso a PEC seja aprovada, o senador pretende apresentar projeto para alterar a Lei Pelé (Lei 9.615/98), que institui normas gerais sobre os esportes. Nesse caso, o objetivo será



Suplicy: projeto de lei será possível caso a PEC seja aprovada

propor que seja permitida apenas uma reeleição para os cargos de comando das entidades esportivas.

A votação da PEC é necessária porque a Constituição

garante a associações e entidades desportivas autonomia de organização e funcionamento. Pela sugestão do senador, será admitida a limitação da autonomia, “nos termos da lei, nas hipóteses em que a intervenção do poder público for necessária para preservar os interesses da sociedade”.

Ao justificar a proposta, Suplicy argumenta haver evidente interesse público numa limitação à autonomia das entidades, devido a desmandos e desvirtuamentos. Segundo ele, na ausência

de norma legal rígida que imponha responsabilidade aos dirigentes, eles utilizam as entidades para promover atividades ilícitas como evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Suplicy teve apoio de outros 27 senadores para a PEC, que foi formulada depois que ele recebeu de vereadores de São João da Boa Vista (SP) apelo para que apresentasse proposta para alterar a forma de escolha do presidente da Confederação Brasileira de Futebol, onde Ricardo Teixeira ficou 25 anos no poder.

Senado permite que RJ tome empréstimo do Banco Mundial

O Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, o projeto de resolução que libera operação de crédito externo entre o Rio de Janeiro e o Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 300 milhões (PRS 49/12).

A matéria agora vai para promulgação.

Os recursos se destinam ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal II (Prodesf II), do governo do Rio de Janeiro.

O programa contém três subprogramas: sustentabilidade fiscal, com aprimoramento institucional e dos instrumentos de controle e gestão fazendária; educação, com enfoque em políticas que garantam o acesso e a permanência dos alunos em sala de aula; e, na área da saúde, consolidação da rede de atenção ao paciente do Sistema Único de Saúde (SUS), com melhoria da gestão e maior eficiência dos gastos.

A matéria havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Queda nos repasses põe prefeituras em risco, diz Ana Amélia



“Milhares de municípios, principalmente os pequenos, que são maioria no país, já estão com os caixas vazios e comprometidos com o pagamento de funcionários ou o custeio da prefeitura, e podem terminar o ano sem as contas quitadas como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse Ana Amélia (PP-RS).

Segundo a senadora, parte do problema que os municípios enfrentam diz respeito à relação com o governo federal, “que aumentou os gastos com o salário mínimo, corrigindo-o por índices acima da inflação”. Ela afirmou ainda que a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) representa um recurso a menos no Fundo de Participação dos Municípios (FPM): aproximadamente R\$ 9 bilhões não chegarão aos cofres das prefeituras neste ano.

— Só dos repasses serão R\$ 6,9 bilhões a menos na composição do FPM, formado com recursos da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. A decisão do governo de reduzir a cobrança da Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] para o setor de combustíveis também gera problemas.

Ana Amélia disse que a área da educação é uma das que mais sofrem. “A perda prevista no Fundeb para os municípios é de R\$ 17 bilhões”, afirmou.

Uma das medidas provisórias destina R\$ 6,8 bilhões a ministérios, para que comprem equipamentos e estimulem indústria; a outra libera quase R\$ 400 milhões para o socorro de municípios afetados por calamidades; MPs precisam da aprovação do Congresso



Comissão Mista de Orçamento aprova duas MPs que autorizam governo a enviar verbas extras a ministérios

Comissão autoriza governo a enviar R\$ 7,2 bi extras a ministérios

APÓS AS TENTATIVAS frustradas da semana passada — por causa da falta de quórum e da obstrução por parte da oposição —, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem duas medidas provisórias. A MP 573/12 libera R\$ 6,8 bilhões para a compra de equipamentos, e a MP 572/12 destina R\$ 381 milhões ao socorro de comunidades atingidas por calamidades.

Agora as propostas terão de ser votadas pelo Congresso, em reunião conjunta da Câmara e do Senado.

A MP 573/12 faz parte do PAC Equipamentos, que visa estimular a indústria nacional por meio da compra de equipamentos. Para que o governo faça essas aquisições, a MP distribui R\$ 6,8 bilhões entre nove ministérios (Cidades, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Integração Nacional, Justiça, Planejamento, Saúde e Transportes).

Da oposição, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a MP é inconstitucional por não respeitar os critérios de relevância e urgência previstos na Constituição. O deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA) disse que é uma “homenagem à falta de planejamento do governo”. O deputado Felipe Maia (DEM-RN) acusou a MP de “eleitoreira”.

Carros-pipa

Também recebeu críticas a MP 572/12, que libera R\$ 381 milhões para o Ministério da Defesa. A ideia é que a verba atenda a comunidades afetadas por calamidades, principalmente na

Créditos extraordinários	
DESTINO	VALOR (R\$)
MP 573/12	6.843.701.650
▪ Educação: compra de veículos escolares e mobiliário para a rede pública de ensino	1.446.670.000
▪ Justiça: compra de motocicletas para a Polícia Rodoviária Federal	22.291.000
▪ Saúde: compra de ambulâncias para o Samu e unidades odontológicas para o PSF	279.005.000
▪ Transportes: obras em rodovias federais em diversos estados e em portos na Região Norte	32.081.650
▪ Planejamento: apoio a estados e municípios para melhoria de infraestrutura	1.713.000.000
▪ Desenvolvimento Agrário: compra de retroscavadeiras e motoniveladoras para melhoria de estradas vicinais e construção de pequenos açudes pelos municípios	1.088.600.000
▪ Integração Nacional: compra de equipamentos para perfuração de poços de água, principalmente no semiárido nordestino	13.500.000
▪ Cidades: compra de máquinas para metrô de Porto Alegre, Belo Horizonte, João Pessoa e Natal	721.000.000
▪ Defesa: aparelhamento e modernização de equipamentos, arsenais bélicos e veículos militares	1.527.554.000
MP 572/12	381.252.988
▪ Defesa: compra de equipamentos e capacitação de pessoal para apoio a comunidades afetadas por desastres ou calamidades	381.252.988
PLN 14/12	141.276.277
▪ Minas e Energia: modernização tecnológica e manutenção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)	14.113.059
▪ Transportes: publicidade de educação no trânsito e melhoria de rodovias e ferrovias, entre outras ações	124.610.000
▪ Comunicações: compra de equipamentos para a Anatel visando à Copa e às Olimpíadas	2.553.218
PLN 17/12	97.162.367
▪ Senado: expansão da TV Senado em parceria com a TV Câmara	16.000.000
▪ Justiça Federal: manutenção de novas varas, concurso público e obras, entre outras ações	25.656.000
▪ Justiça Eleitoral: realização de concursos públicos e obras	11.625.675
▪ Justiça do Trabalho: concurso público e instalação de equipamentos de informática	850.000
▪ Presidência da República: na AGU, manutenção das atividades; na Secretaria de Portos, dragagem no Porto de Santos e ações de barreira contra o vírus da influenza aviária	37.040.692
▪ Ministério Público da União: construção de edifício-sede em Porto Alegre e conclusão da segunda etapa do edifício-sede do MPDF, em Brasília	5.990.000

Região Nordeste. No relatório que apresentou sobre o texto, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) informa que os recursos devem ser utilizados na compra de veículos, reboques, carros-pipa, reservatórios para transporte de água, bombas d'água, geradores, máquinas e equipamentos, e na execução de obras emergenciais, entre outras medidas. Além das duas medidas provisórias, a

CMO aprovou o PLN 14/12, que libera R\$ 141 milhões para os Mministérios de Minas e Energia, Transportes e Comunicações, e o PLN 17/12, que libera R\$ 97 milhões para o Senado, as Justças Federal, Eleitoral e do Trabalho, a Presidência da República e o Ministério Público da União. Ambas as liberações estão previstas sob a forma de crédito suplementar e ainda têm de passar por votação no Congresso.

Deputado diz que adiará entrega do relatório de receitas

O deputado Felipe Maia acusou o governo de não cumprir o acordo feito com a oposição que prevê a liberação de recursos para emendas parlamentares. O acordo viabilizou a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em julho. Segundo o deputado, o não cumprimento do acordo é o motivo da obstrução pela oposição.

Em resposta, o deputado Cláudio Puty (PT-PA) disse que o Executivo vem cumprindo o acordo, mas que há casos em que as verbas não são empenhadas

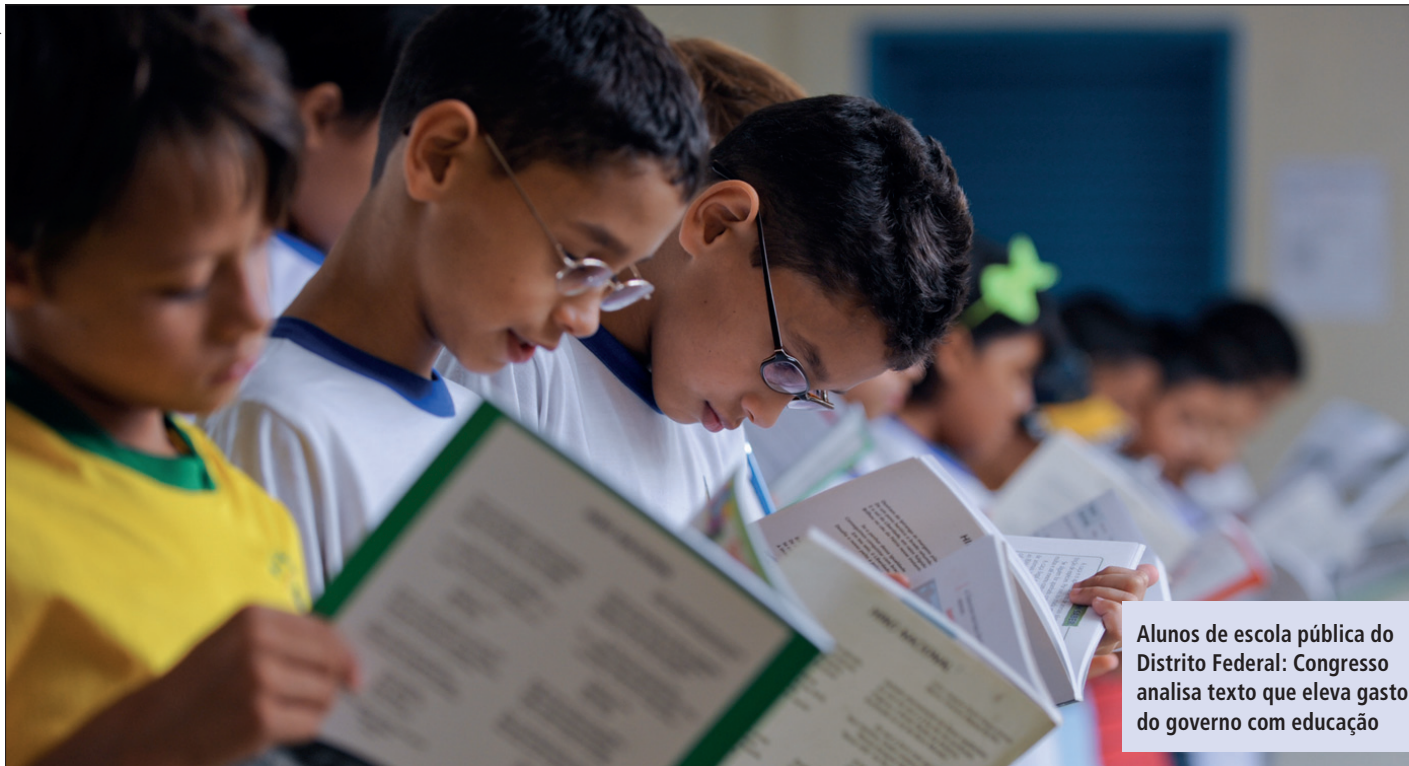
(não são incluídas no Orçamento como gastos a serem realizados) por questões operacionais. Ele citou como exemplos as prefeituras que estão inadimplentes e a falta de documentos que devem ser entregues pelas entidades que serão beneficiadas com as emendas.

— É mais uma questão operacional que política. Não há má vontade dos ministérios, porém há um trâmite que precisa ser respeitado. Os parlamentares da oposição sabem disso — afirmou. Sobre o Projeto de Lei Orçamentária

Anual, Puty disse que vai adiar a entrega do relatório de receitas, prevista para 10 de outubro. O novo prazo deve se encerrar em 17 de outubro.

O projeto do Orçamento chegou ao Congresso no fim de agosto. O texto já vem com uma previsão de receitas, mas a essa estimativa sempre é analisada e refeita no Congresso. O relatório de receitas, entre outros objetivos, oferece os limites dentro dos quais os parlamentares poderão apresentar emendas.

Marcello Casati Jr/ABR



Alunos de escola pública do Distrito Federal: Congresso analisa texto que eleva gastos do governo com educação

Projeto que destina à educação 10% do PIB chega ao Senado após eleição

Governo federal propôs 7% na proposta original. Atualmente, educação pública recebe apenas 5% do produto interno bruto

LOGO APÓS AS eleições municipais, em outubro, o Senado começará a analisar um projeto de lei que interessa aos novos prefeitos, aos governadores e ao governo federal — o que estabelece as metas do Plano Nacional de Educação para o período de 2011 a 2020.

Em pauta, entre outros pontos, estará a maior das polêmicas durante a longa tramitação da proposta na Câmara dos Deputados: a obrigação do poder público de destinar à educação o equivalente a 10% do produto interno bruto (PIB) do Brasil.

O projeto de lei (PL 8.035/10) foi aprovado em junho por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, onde estudantes e re-

presentantes de movimentos sociais celebraram a inclusão, no texto final, da meta de destinação dos 10% do PIB à educação.

A partir daquele momento, o texto poderia ser enviado ao Senado. Porém, recurso apresentado por 80 deputados pediu a votação do projeto em Plenário. A retirada do recurso, no início de setembro, evitou a necessidade de mais essa votação. No entanto, ainda é necessária a votação da redação final da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Isso pode ocorrer durante o próximo esforço concentrado dos deputados, nos dias 9 e 10 de outubro.

Assim que a redação final for aprovada, o texto irá para o Senado. Os senadores deverão começar a analisar o projeto após o segundo turno das eleições municipais.

Atualmente, a União, os estados e os municípios aplicam juntos 5% do PIB em educação. Na proposta original do novo PNE, segundo texto elaborado pelo Poder Executivo, havia uma previsão de 7%. O índice foi sendo ampliado gradualmente pelo relator, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR), até alcançar 8% no último relatório. A forte pressão de movimentos ligados à educação, porém, levou à aprovação do percentual de 10% do PIB, que agora será examinado pelo Senado.

Verbas para merenda escolar poderão ter vinculação constitucional

Está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda indicação de relator o projeto de lei que inclui a alimentação escolar entre as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), com vinculação constitucional.

Ao justificar o PLS 188/12, o autor, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), explicou que a Constituição estabelece o dever do Estado com a garantia de atendimento aos estudantes da educação básica. Assim, os alunos são beneficiados com programas de material didático, transporte, alimentação e saúde.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são consideradas despesas de MDE as de remuneração e qualificação de professores e funcionários da escola; de aquisição, construção e manutenção de instalações e equipamentos de ensino; de estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento da qualidade de ensino; de concessão de bolsas de estudo; de aquisição de material didático; e de programas de transporte escolar.

“A alimentação escolar é imprescindível para a adequada nutrição de expressiva parcela dos estudantes da educação básica pública. Os recursos investidos nessa área têm impacto direto no bom desenvolvimento do processo educativo. Não nos parece razoável criar restrições para que o poder público, particularmente por meio de iniciativas dos municípios e dos estados, destine recursos para a alimentação dos estudantes”, justifica Cícero Lucena.

Depois de votado na CAS, o projeto será votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa.

José Cruz/Agência Senado



“Com os royalties, faremos a revolução de que o Brasil precisa na educação”, diz o ministro

Para Mercadante, parte da renda do petróleo deveria ir para escola pública

Durante audiência pública realizada em julho na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, defendeu — poucos dias após a aprovação do projeto pela comissão especial da Câmara dos Deputados — solução alternativa para a ampliação dos recursos a serem aplicados na educação pública.

Segundo o ministro, em vez de estabelecer em lei o investimento mínimo de 10% do PIB, sem

especificar a fonte dos recursos, o Congresso Nacional poderia direcionar às salas de aula parcela dos royalties do petróleo.

— Qual é a discussão verdadeira? É de onde virão os recursos. Por que não se estabelece vinculação dos royalties de petróleo com a educação em todos os níveis? Se houver uma fonte de financiamento, então será para valer. Espero que o Senado abra esse debate. Com os royalties, faremos a revolução de que o Brasil precisa na educação — sugeriu.

Márcio Kallume/Agência Senado



Cícero Lucena, autor do projeto: garantia de verbas para a alimentação escolar

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Categorias como a dos policiais federais participaram de paralisações reivindicatórias este ano que duraram cerca de dois meses, reacendendo o debate sobre direito de greve dos servidores públicos

Greve no serviço público deve voltar à pauta

Projeto de Aloysio Nunes estabelece percentuais mínimos de funcionários que devem continuar trabalhando, de 50% a 80%, de acordo com a área de atuação

A GREVE DE servidores públicos federais — que até o mês passado, durante cerca de 60 dias, envolveu diversas categorias em várias partes do país — reacendeu o debate sobre a necessidade de regular as paralisações desses trabalhadores. Há diferentes projetos de lei tramitando no Congresso sobre esse tema, polêmico entre parlamentares.

O governo não apenas defende a fixação de regras como também cogita apresentar um projeto. Na sexta-feira, dia 21, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, disse que houve abusos durante a greve e cobrou do Congresso uma definição sobre o assunto. O direito de greve dos servidores



Paulo Paim pede mais discussão sobre projeto apresentado por Aloysio Nunes

públicos está previsto na Constituição — ou seja, desde 1988 —, mas até hoje não foi regulamentado por meio de uma lei específica.



Entre os projetos de lei que tramitam no Senado destacam-se o PLS 710/11, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e os PLSs 83/07

e 84/07, ambos de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

A proposta de Aloysio, que tem relatório favorável de Pedro Taques (PDT-MT), fixa uma série de exigências para que os servidores possam entrar em greve. Uma delas determina que pelo menos 50% dos funcionários têm de continuar trabalhando — percentual que aumenta para 60% nos casos de paralisação em serviços relacionados a saúde, abastecimento de água e energia e transporte coletivo, entre outros, e sobe para 80% quando a greve afeta a segurança pública. Se tais percentuais não forem respeitados, a greve poderá ser considerada ilegal.

Aloysio também propõe que os grevistas sejam obrigados a comunicar a paralisação com pelo menos 15 dias de antecedência. O projeto determina que, caso a greve seja considerada ilegal pela Justiça, o retorno dos servidores ao trabalho deverá ocorrer em até 24 horas — prazo contado a partir da intimação da entidade sindical responsável.

O senador tucano argumenta que “a sociedade tem se mostrado favorável à regulamentação” e ressalta que o funcionalismo público é bancado pelos cidadãos, que podem ser prejudicados quando tais paralisações atingem setores como saúde, segurança e previdência social.

Paim alerta para o risco de se proibir um direito

O projeto de Aloysio Nunes sobre greve de servidores públicos estava pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já com as alterações propostas por Pedro Taques, mas foi retirado de pauta quando Paim solicitou que o tema também seja discutido em outras duas comissões — a de Direitos Humanos (CDH), presidida pelo próprio Paim, e a de Assuntos Sociais (CAS). Paim fez a solicitação logo após audiência pública no início do mês, quando diversos sindicalistas criticaram o projeto de Aloysio. Na ocasião, Paulo Barela, da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), declarou que a proposta visa “amordçar e restringir o direito de greve dos servidores”. Paim disse temer que a regulamentação acabe se transformando em uma proibição desse direito.

— Regular é uma coisa, proibir é outra — afirmou o senador, na ocasião.

Na audiência, vários sindicalistas recordaram que alguns dos representantes do governo, que agora questionam as greves e pedem a regulamentação, participaram das greves no Grande ABC que antecederam a fundação do PT.

Outros dois projetos são analisados pelo Senado

Ao ser questionado se o pedido para discussão em outras duas comissões seria uma forma de atrasar a tramitação do projeto sobre greve de servidores (PLS 710/11), Paulo Paim negou e lembrou que há dois projetos de sua autoria, anteriores, que já poderiam ter sido aprovados: os PLSs 83/07 e 84/07.

— Meu primeiro projeto sobre o assunto foi apresentado há 20 anos e ninguém quis aprová-lo. Não sou eu quem está atrasando isso — respondeu o senador, acrescentando que “não se pode, da noite para o dia, tirar um projeto da cartola e querer aprová-lo com urgência”.

Os dois projetos de Paim, que tramitam em conjunto, receberam parecer favorável de Ana Amélia (PP-RS) no ano passado, quando estavam sendo examinados na CAS.

Como relatora, Ana Amélia retirou alguns itens e mudou outros. As propostas originais de Paim indicavam como essenciais apenas os serviços e atividades caracterizados pela urgência médica, necessários à manutenção da vida. Ana Amélia incluiu atividades policiais, controle de tráfego aéreo, distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde e necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito.

Atualmente, os projetos de Paim tramitam na CCJ. Segundo o presidente dessa comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), as duas propostas serão analisadas assim que o Senado retornar ao ritmo normal de atividades, após as eleições municipais.

Governo pretende enviar proposta sobre o assunto

O Executivo pode também apresentar projeto sobre greve dos servidores. Foi o que informou no início do mês o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Messias Melo, durante audiência pública no Senado.

A possibilidade também foi cogitada pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Todos afirmam que há estudos e discussões sobre o assunto dentro do governo.

— O Congresso deve à sociedade o debate e a definição da regulamentação — declarou Gleisi Hoffmann na sexta-feira.

A ministra também disse que, “com os abusos que tivemos nessa greve recente, certamente isso terá reflexos na discussão e nas definições do Congresso”.

Para Zavascki, STF decidirá se ele deve julgar mensalão

Em sabatina, o indicado ao Supremo disse que seria contraditório se dizer habilitado a votar e pedir vista do processo. Ele lembrou regra que impede juiz de participar de julgamento sem ter ouvido a leitura do relatório

INDICADO PARA INTEGRAR o Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki disse ontem no Senado que cabe à Corte decidir se ele deve participar do julgamento do mensalão. Em sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o atual ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) lembrou regra que, em princípio, impede de participar de processo o juiz que não ouviu a leitura do relatório nem esteve presente aos debates.

— Eu não tenho ideia do que eu terei que decidir, se for decidir — afirmou.

Zavascki disse que é o principal interessado em esclarecer o assunto para que não haja dúvida sobre as razões da indicação. A possibilidade de ele participar do julgamento e, eventualmente, atrasar o processo, tem sido questionada por opositores.

O ministro adiantou que seria uma contradição se dizer habilitado a votar e, ao mesmo tempo, pedir vista para analisar o processo.

— A vista do processo é incompatível com estar habilitado a votar — explicou.

Para Zavascki, como o STF conta hoje com dez membros, um voto adicional é “absolutamente irrelevante”.

— Se houver empate de cinco a cinco, tendo o presidente votado, o 11º voto jamais pode beneficiar o acusado, pois ele está beneficiado pelo empate. O 11º voto só pode prejudicar o acusado — explicou.

Ainda sobre o mensalão, o ministro lembrou que a Lei Orgânica da Magistratura impede que juiz se pronuncie sobre processo em curso. Ele respondeu, no entanto, a uma pergunta de Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre a perda de mandato de parlamentar condenado criminalmente.

Para Zavascki, a suspensão de direitos políticos, mesmo que determinada na sentença condenatória, não deve ser automática.

Temas polêmicos

Ao responder sobre a absolvição de Antonio Palocci de uma acusação de improbidade administrativa no STJ, em novembro de 2010, Zavascki disse se tratar de caso comum na jurisprudência do tribunal.

Ele explicou que é preciso fazer a distinção entre a suposta ilegalidade da conduta — dispensa de licitação na contratação de um instituto de informática — e um ato que importe sanção tão grave como a perda do cargo.

O ministro foi questionado ainda sobre Direito Internacional e o projeto do novo Código Penal. Ele também criticou a mudança frequente da jurisprudência, argumentando que a constância dos precedentes é um “pressuposto importante da segurança jurídica, da previsibilidade das decisões”.

Teori Zavascki tem 64 anos e é ministro do STJ desde maio de 2003. Ele foi indicado ao STF pela presidente Dilma

Rousseff para preenchimento da vaga aberta com a aposentadoria do ministro Cezar Peluso.

Sabatina será retomada depois de eleições

Antes de ouvir o atual ministro do STJ, a CCJ decidiu por 14 votos a 6 rejeitar requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que pedia o adiamento da sabatina para 17 de outubro. Segundo o senador, houve pouco tempo para que os senadores se preparassem, e a pressa para a deliberação “não homenageava a envergadura do indicado”.

O adiamento já havia sido sugerido por senadores contrários à “rapidez” no exame da indicação de Zavascki, como Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT). Apesar da derrubada do requerimento, a sabatina acabou não sendo concluída.

Depois de mais de duas horas, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), suspendeu a sessão, devido ao início da ordem do dia no Plenário, para votação da MP do Código Florestal. A CCJ deverá voltar a se reunir somente após as eleições municipais de 7 de outubro.

Ana Rita quer punição exemplar para acusados de estupro na Paraíba

Os dez acusados do estupro coletivo de cinco mulheres em Queimadas (PB), em fevereiro, precisam ser exemplarmente punidos, disse ontem Ana Rita (PT-ES). Segundo a polícia, o crime foi o “presente de aniversário” dado pelos comparsas para um dos acusados. Duas das vítimas, que estavam na festa de aniversário feita pela família, foram mortas depois por terem reconhecido alguns dos estupradores, encapuzados.

— Exemplo máximo da violência, do abuso, do desrespeito às mulheres, o caso de Queimadas é uma barbárie vivida em pleno século 21 — lamentou a senadora.

Ana Rita salientou que a punição é essencial para

que a cultura machista, que justifica a violência e responsabiliza as vítimas, não se reproduza no país. A senadora disse que a normalidade no uso da violência precisa ser desconstruída diariamente.

Queimadas recebeu neste mês a CPI mista que investiga violência contra as mulheres, da qual Ana Rita é relatora. Para ela, falta na Paraíba um plano de segurança para as mulheres. Segundo a senadora, o estado ocupa a sétima posição no ranking dos mais violentos para as mulheres.

Ana Rita ainda registrou a realização, em setembro, do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta.



José Cruz/Agência Senado

Tomás Correia diz ser contra a descriminalização do uso de drogas

Tomás Correia (PMDB-RO), manifestou posição “radicalmente contrária” à proposta de descriminalizar o uso pessoal de drogas, conforme o anteprojeto do novo Código Penal.

— As intenções podem ser as melhores, mas não posso deixar de registrar minha discordância daqueles que entendem que o uso e o plantio para consumo possam ser autorizados — declarou.

Integrante da comissão especial que analisa a proposta do código, o senador citou números “alarmantes” de estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostrando que o Brasil é o primeiro país no consumo global de crack. Pelo menos

2,6 milhões de brasileiros já usaram cocaína fumada (crack, merla, óxi). Além disso, o Brasil é o segundo mercado de cocaína do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, em relação ao número absoluto de usuários.

— Precisamos fortalecer as instituições e os órgãos de segurança como as Forças Armadas e as polícias estaduais e Federal para uma política séria, efetiva e coordenada no combate ao narcotráfico — afirmou.

Tomás disse que o Brasil é rota para a droga produzida em países como Peru, Bolívia e Colômbia, “que passa pelas quilométricas fronteiras secas do país sem dificuldades”.

Sérgio Souza defende a criação de novos tribunais regionais federais

A proposta que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região (TRF 6), com sede em Curitiba, e da 7ª Região (TRF 7), com sede em Belo Horizonte, foi defendida por Sérgio Souza (PMDB-PR).

A PEC 544/02 recebeu emendas para a criação de outros dois tribunais: o da 8ª Região, com sede em Salvador, contemplando Sergipe e Bahia, e o da 9ª Região, com sede em Manaus. A proposta aguarda decisão na Câmara.

O senador citou estudo encaminhado pelo ministro e ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ari Pargendler que demonstra que os recursos da Justiça Federal comportam as despesas projetadas para a criação dos

quatro novos TRFs.

— O Poder Judiciário já manifestou que cabe dentro do seu orçamento — disse.

Souza explicou que, devido à demora da Câmara para votar a PEC, os estados começaram a propor, no Senado, emendas individuais à Constituição. Ele destacou a relevância e a urgência de criação de novos tribunais regionais para descentralizar a aplicação da Justiça — hoje muito concentrada no TRF da 1ª Região, com sede em Brasília — e viabilizar maior celeridade processual.

— O número de processos existentes hoje no TRF 1 é tão grande que seriam necessários dez anos para que fossem julgados — disse.



Teori Zavascki responde aos questionamentos de senadores na CCJ, ao lado de Eunício, presidente da comissão, e Renan

Sarney: não há pressa na votação de indicado

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a Casa está seguindo o procedimento normal no exame da indicação do magistrado Teori Zavascki para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Não há pressa. Ninguém falou comigo para que tomássemos a decisão de apressar a votação com outros objetivos.

Está seguindo normalmente conforme manda o Regimento [Interno do Senado].

Zavascki é ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2003 e foi indicado pela Presidência da República para a vaga deixada no STF por Cezar Peluso, que se aposentou compulsoriamente neste mês.

A sabatina de Zavascki na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, chegou a começar, mas acabou não sendo concluída porque os senadores foram chamados para as votações do Plenário. A sabatina deverá continuar após as eleições municipais. Depois da CCJ, o nome de Zavascki precisará ser aprovado no Plenário.